




Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. Condenação por morte de tratorista e falhas graves de segurança no trabalho


 O TST manteve a condenação de uma fazenda pela morte de um tratorista assassinado por colega dentro da propriedade, que também ocultou o corpo por cerca de 30 dias. O colegiado reconheceu a responsabilidade do empregador por tolerar o uso de armas de fogo e falhar na fiscalização das condições de segurança no ambiente de trabalho.


 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça o dever do empregador de garantir um ambiente de trabalho seguro, inclusive no meio rural, respondendo por falhas graves de vigilância e controle de riscos. O entendimento evidencia que a tolerância a práticas perigosas, como porte de armas, pode gerar responsabilidade civil direta por eventos extremos.

 <https://www.tst.jus.br/-/familia-de-tratorista-assassinado-por-empregado-da-fazenda-recebera-indenizacoes>


2. TST valida norma coletiva que permite jornada 12x36 para trabalhador


 O TST afastou condenação de empresa ao pagamento de horas extras a trabalhador que atuava em escala 12x36, reconhecendo a validade de norma coletiva que autorizava a compensação de jornada. O colegiado entendeu que o negociado em convenção coletiva pode prevalecer sobre a lei, conforme entendimento do STF, desde que não haja violação a direitos indisponíveis.


 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a força das negociações coletivas na definição de jornadas especiais, consolidando a prevalência do negociado sobre o legislado em determinados casos. O entendimento reduz o risco de condenações automáticas por horas extras quando houver previsão válida em norma coletiva.

 <https://www.tst.jus.br/-/norma-coletiva-que-altera-jornada-legal-de-bombeiro-civil-e-valida>


3. TRT-2 reconhece síndrome de burnout como doença ocupacional e condena empresa a indenizar trabalhadora


 O TRT-2 reconheceu a síndrome de burnout como doença ocupacional e condenou a empresa ao pagamento de indenização por danos morais e pensão mensal vitalícia a trabalhadora afastada por transtornos psíquicos. O colegiado entendeu que metas abusivas, jornadas excessivas, pressão constante e assédio moral contribuíram diretamente para o adoecimento.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a responsabilidade do empregador por danos relacionados à saúde mental no ambiente de trabalho. Recomenda-se fortalecer programas de saúde ocupacional, prevenção de riscos psicossociais, controle de jornadas e políticas efetivas de combate ao assédio, além de documentar medidas preventivas adotadas pela empresa.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/trt-2-reconhece-sindrome-de-burnout-como-doenca-ocupacional-e-condena-banco-a-indenizar-trabalhadora>


4. Empresa é condenada por cobrança ilícita e assédio moral após furto

 TRT-2 manteve condenação de empresa ao pagamento de danos morais a trabalhadora coagida a participar de rateio para cobrir o desaparecimento de um produto. A trabalhadora relatou perseguição, tratamento hostil e pressão da chefia após se recusar a aderir à cobrança sem recibo.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que o risco da atividade econômica não pode ser transferido ao empregado, especialmente mediante cobranças coercitivas ou constrangimentos. O entendimento evidencia que práticas de pressão psicológica, retaliação e assédio moral podem gerar responsabilidade civil do empregador.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/vendedora-vitima-de-pressao-para-cobrir-furto-de-loja-obtem-indenizacao>

5. Empresa é condenada por assédio sexual praticado por colega de trabalho

 TRT-15 condenou empresa ao pagamento de indenização por danos morais a trabalhadora vítima de assédio sexual praticado por entregador que atuava no estabelecimento, e reconheceu a omissão da empresa mesmo após denúncias formais. A decisão destacou que o empregador responde pela proteção da integridade física e psíquica

dos empregados, ainda que o assediador não possua vínculo hierárquico direto com a vítima.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a responsabilidade da empresa por atos de assédio praticados por terceiros no ambiente de trabalho, especialmente quando há ciência prévia e ausência de providências. O entendimento evidencia a necessidade de canais efetivos de denúncia, apuração imediata de relatos e adoção de medidas preventivas para proteção das vítimas.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/11a-camara-condena-empresa-indenizar-auxiliar-de-cozinha-por-assedio-sexual-praticado>

6. TRT-15 rejeita indenização por falta de prova de ameaça com arma de fogo

📄 O TRT-15 negou pedido de indenização por danos morais apresentado por trabalhador que alegava ter sido ameaçado com arma de fogo por cliente, mas o colegiado concluiu que as provas testemunhais foram insuficientes para comprovar a narrativa.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a necessidade de prova robusta para reconhecimento de dano moral decorrente de situações de ameaça ou violência no ambiente de trabalho. O entendimento evidencia que alegações graves dependem de elementos concretos e consistentes para configuração da responsabilidade civil do empregador.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/8a-camara-rejeita-pedido-de-vendedor-que-alegou-ameaca-com-arma-de-fogo-por-cliente>


7. TST reduz indenização de empresa por doença ocupacional a trabalhadora


📄 O TST diminuiu indenização devida a trabalhadora que desenvolveu doença ocupacional após 24 anos exercendo atividades contínuas de digitação. O colegiado manteve o reconhecimento da doença ocupacional, destacando falhas ergonômicas, ausência de pausas periódicas, ginástica laboral e mobiliário adequado. A redução do valor considerou precedentes do TST em casos semelhantes e o entendimento de que a incapacidade da trabalhadora era parcial e reversível.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a responsabilidade do empregador pela adoção de medidas ergonômicas e preventivas para evitar doenças ocupacionais relacionadas a esforço repetitivo. O entendimento evidencia a importância de pausas regulares, adequação do ambiente de trabalho e programas de saúde ocupacional.

 <https://www.tst.jus.br/-/bancaria-que-exerceu-atividades-de-digitacao-por-24-anos-sera-indenizada-por-doenca-ocupacional>


8. TST determina reintegração e indenização por dispensa discriminatória de trabalhador com câncer


 A SDI-1 do TST determinou a reintegração de trabalhador e o pagamento de indenização por danos morais após reconhecer que sua dispensa foi discriminatória em razão de tratamento de câncer. O trabalhador apresentava sucessivos afastamentos médicos, e o colegiado entendeu que as faltas estavam diretamente ligadas à doença, o que não justifica a dispensa sem justa causa. A decisão também determinou o restabelecimento do plano de saúde, destacando a vulnerabilidade do empregado em tratamento grave.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a presunção de discriminação na dispensa de trabalhadores acometidos por doenças graves e reforça a necessidade de cautela na gestão de afastamentos médicos e na adoção de medidas que evitem práticas discriminatórias no ambiente de trabalho.

 <https://www.tst.jus.br/-/fundacao-deve-reintegrar-e-indenizar-operador-de-tv-dispensado-por-faltas-para-tratar-cancer>


9. TJSP reafirma direito à indenização por benfeitorias em contrato de arrendamento rural


 O Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu o direito de arrendatários rurais à indenização por benfeitorias úteis e necessárias realizadas em imóvel rural arrendado, mesmo diante de cláusula contratual de renúncia. O acórdão manteve o direito de retenção do imóvel até o pagamento da indenização, destacando a nulidade de disposições contratuais que afastem garantias previstas no Estatuto da Terra.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão consolida entendimento jurisprudencial de que cláusulas de renúncia à indenização por benfeitorias são nulas de pleno direito, por afrontarem normas do Estatuto da Terra e do Decreto nº 59.566/66, merecendo atenção os contratos de arrendamento ou parceria agrícola.

 <1002821-76.2023.8.26.0220>


10. STF define limites para transferência de áreas de florestas públicas a particulares


 O Supremo Tribunal Federal manteve decisão que considerou inconstitucional norma do Estado do Acre que permitia transferir áreas de florestas públicas para particulares com base apenas no tempo de ocupação da área. O STF entendeu que a medida contrariava regras ambientais federais, a proteção das áreas públicas e a Constituição Federal.

 **RELEVÂNCIA:** O STF deixou claro que Estados não podem criar formas simplificadas de transferência de áreas públicas sem seguir as regras federais e sem avaliação ambiental adequada.

 [ADI 000000000000000007769](#)


11. TJSP afasta multa ambiental por ausência de prova de culpa em incêndio rural


 O Tribunal de Justiça de São Paulo anulou autos de infração ambiental aplicados a empresa do setor sucroenergético em razão de incêndio em área rural com cultivo de cana-de-açúcar. O acórdão entendeu que, na esfera administrativa ambiental, a aplicação de multa exige comprovação de culpa, dolo e nexa causal, elementos não demonstrados no caso concreto.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforçou entendimento alinhado ao STJ de que a responsabilidade administrativa ambiental não é automática e depende da comprovação efetiva de autoria, culpa ou omissão do autuado.

 [1051077-15.2024.8.26.0576](#)


12. TJSP mantém exigibilidade de obrigações assumidas em Termo de Recuperação Ambiental


 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a execução de obrigações previstas em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), diante da ausência de comprovação do cumprimento das medidas assumidas pela compromissária. O caso envolvia obrigação de plantio de mudas nativas, manutenção da recuperação ambiental e apresentação de relatórios periódicos ao órgão ambiental.


 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que compromissos ambientais assumidos administrativamente possuem força executiva e exigem comprovação efetiva de cumprimento.

 [1001791-53.2025.8.26.0505](https://www.conjur.com.br/2026-mai-03/juiz-isenta-fabrica-de-culpa-por-vazamento-ligado-a-estrutura-do-imovel/)


13. Entendimento judicial delimita responsabilidade em casos de falha estrutural preexistente


 A decisão judicial afastou a responsabilidade de uma empresa por danos decorrentes de vazamento, ao reconhecer que a origem do problema estava em falha estrutural do imóvel, e não na atividade econômica exercida pela fábrica. O entendimento destacou a ausência de nexo causal entre a operação da empresa e o dano ocorrido, direcionando a responsabilidade ao vício construtivo ou estrutural do bem.

 **RELEVÂNCIA:** O entendimento reforça que não há responsabilização automática do ocupante ou operador da atividade quando o dano decorre de defeito estrutural preexistente, vício construtivo ou falha do imóvel rural.

 <https://www.conjur.com.br/2026-mai-03/juiz-isenta-fabrica-de-culpa-por-vazamento-ligado-a-estrutura-do-imovel/>


14. Majoração de pena por maus-tratos a animais em contexto de rinha de galos

 O Tribunal de Justiça de Santa Catarina manteve a condenação de réu por maus-tratos a galos utilizados em rinhas e aumentou a pena em razão da gravidade concreta da conduta, marcada por mutilações deliberadas e estrutura organizada para exploração animal.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a tendência jurisprudencial de endurecimento na repressão aos crimes ambientais envolvendo fauna, especialmente quando caracterizada crueldade e finalidade econômica ou recreativa ilícita.

 <https://www.conjur.com.br/2026-mai-07/mutilacao-de-galos-para-rinha-aumenta-pena-de-reu-por-maus-tratos/>

15. Cobrança cumulativa de multa de ofício e multa isolada configura bis in idem

 A 13ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária da Bahia anulou autuação fiscal de aproximadamente R\$ 9 milhões ao reconhecer a impossibilidade de cobrança cumulativa de multa de ofício e multa isolada pelo inadimplemento do mesmo tributo no mesmo ano-calendário.

📌 **Relevância:** A decisão reforça que o Fisco não pode aplicar duas penalidades quando ambas se baseiam na mesma infração.

📄 [1014717-18.2026.4.01.3300.pdf](#)

16. Bens essenciais devem permanecer com empresa em recuperação judicial

📄 A 5ª Vara Cível e Regional de Falências e Recuperações de Dourados (MS) determinou a devolução de caminhões e semirreboques apreendidos de empresas em recuperação judicial por reconhecer que os veículos são essenciais à continuidade de suas atividades. Segundo o entendimento, a retirada dos veículos colocaria em risco o processo de recuperação judicial, porque comprometeria a continuidade das atividades empresariais e a geração de receita necessária ao soerguimento da empresa.

📌 **Relevância:** A decisão é relevante para o setor rural por reforçar que bens essenciais à atividade agroindustrial, logística ou produtiva do grupo em recuperação judicial podem ser mantidos na posse da recuperanda quando sua retirada comprometer a continuidade da operação e o soerguimento empresarial.

📄 [0802898-63.2025.8.12.0002.pdf](#)


17. CARF mantém cobrança de IRPF sobre depósitos bancários sem comprovação em atividade rural


📄 O CARF manteve autuação de IRPF contra contribuinte rural por omissão de rendimentos identificada a partir de depósitos bancários sem origem comprovada. O contribuinte alegou que os valores decorriam de negociações informais de gado e empréstimos, além de sustentar que a tributação deveria ocorrer na pessoa jurídica rural. O colegiado entendeu que as contas eram de titularidade da pessoa física e que a empresa estava declarada como inativa. Também foi mantida a incidência de juros SELIC sobre a multa de ofício.

📌 **Relevância:** A decisão reforça que depósitos bancários sem comprovação documental podem ser tributados como omissão de rendimentos. O CARF destacou que operações rurais informais não afastam a necessidade de prova robusta da origem dos valores. O acórdão também evidencia a importância da separação patrimonial entre pessoa física e pessoa jurídica na atividade rural.

 [11274.720208.2023-40.pdf](#)


18. STJ reforça responsabilização penal por omissão tributária reiterada


 Em recente decisão, o STJ entendeu que a omissão reiterada no recolhimento e declaração de tributos pode ser suficiente para caracterizar crime contra a ordem tributária. O artigo analisa como a omissão de receitas pode gerar não apenas cobrança fiscal, mas também responsabilização criminal por sonegação. O texto destaca ainda o aumento da integração entre fiscalização tributária e investigação penal, reforçando a importância do compliance tributário e da documentação adequada.

 **Relevância:** O artigo demonstra o endurecimento da jurisprudência penal tributária e os riscos criminais decorrentes de irregularidades fiscais. A decisão do STJ reforça que a repetição da omissão no pagamento de tributos pode levar à responsabilização penal.

 <https://www.conjur.com.br/2026-mai-07/direito-penal-tributario-sonegacao-fiscal-por-omissao-de-receita-e-compliance-criminal/>

19. A importância da verificação da origem de produtos e insumos.

 Uma indústria simulava transferências interestaduais por meio de empresas de fachada para ocultar que as vendas de farelo de soja ocorriam, de fato, em São Paulo. Os produtores rurais, frigoríficos e indústrias de ração figuravam como os destinatários reais dessas mercadorias. O esquema visava a sonegação de ICMS e a geração de créditos indevidos para esses compradores. O Fisco identificou a fraude pela Operação Yellow, resultando na autuação da indústria e na responsabilização solidária dos envolvidos.

 **Relevância:** A decisão alerta que produtores rurais devem rigorosamente verificar a idoneidade de seus fornecedores para não serem responsabilizados por fraudes de terceiros. Irregularidades fiscais na compra de insumos anulam benefícios tributários do setor e geram cobranças retroativas de imposto e multa. O caso demonstra que a fiscalização utiliza inteligência avançada para monitorar a cadeia de suprimentos agrícola.

 [TIT SP 4040859-0.pdf](#)

Este boletim tem caráter informativo e não substitui a análise jurídica específica de casos concretos.